

GreenYellow Energy Holding II S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de dois meses
e vinte e sete dias Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
GreenYellow Energy Holding II S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GreenYellow Energy Holding II S.A. (“Companhia”), apresentadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de dois meses vinte e sete dias findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da GreenYellow Energy Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de dois meses vinte e sete dias findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião com ressalvas

Passivo de arrendamento

Durante nossos exames, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre a adequação da taxa de desconto adotada pela Companhia para o cálculo do valor presente do passivo de arrendamento, no valor de 9,7% a.a., conforme descrito na nota explicativa nº 17.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade, ou não, de ajustes à referida taxa, bem como seus efeitos sobre saldos de passivo de arrendamento, ativo de direito de uso e despesas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023, nos montantes de R\$11.574 mil, R\$10.627 mil e R\$369 mil, respectivamente.

Gastos capitalizados no imobilizado

Durante nossos exames, verificamos que a Companhia reconheceu um total de R\$21.301 mil em seu imobilizado referente à capitalização de gastos internos que foram incorridos durante a construção dos ativos fixos. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil dos referidos gastos capitalizados em 31 de dezembro de 2023 em razão da Companhia não possuir as devidas documentações suportes. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Gastos compartilhados

No período de dois meses e vinte e sete dias findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos gastos reconhecidos em outra entidade do Grupo (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estavam associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo a GreenYellow Energy Holding II S.A. e suas controladas, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação e, portanto, não foi possível concluirmos se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em adição aos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, identificamos as debêntures como principal assunto de auditoria.

Debêntures

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos a pagar associados a debêntures emitidas no montante de R\$118.133 mil em 31 de dezembro de 2023. Devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como, tendo a captação da dívida ocorrida durante o período corrente, consideramos a mensuração da debênture como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre os processos e controles internos para mensuração e divulgação das debêntures; (ii) leitura e análise da escritura das debêntures emitidas; (iii) confirmação externa dos saldos a pagar junto à securitizadora na data base de 31 de dezembro de 2023; (iv) inspeção dos comprovantes financeiros de recebimento referentes à captação das debêntures; (v) recálculo do saldo de juros apropriados durante o período e confronto com a despesa de juros reconhecida no resultado; (vi) análise de cumprimento das cláusulas não financeiras de vencimento antecipado; (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cabendo destacar que, como parte dos nossos procedimentos de auditoria, foi possível confirmar que as debêntures emitidas não estão sujeitas ao atingimento de covenants financeiros.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o período de dois meses e vinte e sete dias findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos ajuste não efetuado pela Companhia, bem como deficiência de controle interno relacionado à apropriação de juros sobre as debêntures, que nos levaram a avaliar a alteração da abordagem de auditoria inicialmente planejada para obtermos evidências suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e divulgação das debêntures da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao período de dois meses e vinte e sete dias findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2023	Consolidado 2023	PASSIVO	Nota explicativa	Controladora 2023	Consolidado 2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	99.054	108.869	Fornecedores	11	435	5.781
Contas a receber de clientes	7	-	7.463	Partes relacionadas	8	23	2.331
Créditos diversos e adiantamentos		5	386	Obrigações trabalhistas		-	2
Estoque de materiais		-	4	Obrigações tributárias	13	50	359
Tributos a recuperar		8	179	Debêntures	16	14.079	14.079
Total do ativo circulante		<u>99.067</u>	<u>116.901</u>	Dividendos obrigatórios		1.402	1.402
				Imposto de renda e contribuição social	14	80	1.115
				Tributos Diferidos	15	-	260
				Adiantamentos		-	856
				Total do passivo circulante		<u>16.069</u>	<u>26.185</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Investimento	9	213.475	-	Debêntures	16	104.054	104.054
Imobilizado	10	-	217.708	Arrendamento a Pagar	17	-	11.574
Total do ativo não circulante		<u>213.475</u>	<u>217.708</u>	Outros passivos		-	377
				Total do passivo não circulante		<u>104.054</u>	<u>116.005</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
				Capital social	18.1	191.242	191.242
				Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	2.435	2.435
				Reserva Legal		295	295
				Reserva de Lucros		4.207	4.207
				Reserva de Capital		(5.760)	(5.760)
				Total do patrimônio líquido		<u>192.419</u>	<u>192.419</u>
TOTAL		<u>312.542</u>	<u>334.609</u>	TOTAL		<u>312.542</u>	<u>334.609</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA PERÍODO DE 2 MESES e 27 DIAS
COMPREENDIDO ENTRE 4 DE OUTUBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Consolidado 2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	10.178
Custos dos serviços prestados	20	-	(3.656)
LUCRO BRUTO		-	6.522
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(10)	(499)
Despesas tributárias	21	(1)	(25)
Equivalência patrimonial	21	5.823	-
Outras despesas e receitas operacionais	21	(37)	450
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		5.775	6.448
Despesas financeiras		(142)	(411)
Receitas financeiras	22	402	475
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.035	6.512
Imposto de renda e contribuição social (Corrente)		(131)	(1.164)
Imposto de renda e contribuição social diferido			556
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.904	5.904
LUCRO POR AÇÃO		0,03	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA PERÍODO DE 2 MESES E 27 DIAS COMPREENDIDO ENTRE 4 DE OUTUBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.904	5.904
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.904</u>	<u>5.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA PERÍODO DE 2 MESES E 27 DIAS COMPREENDIDO ENTRE 4 DE OUTUBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Lucro Líquido do Período	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital em 4 de outubro de 2023	191.242	(5.760)	-	-	-	-	185.482
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.435	-	-	-	2.435
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	5.904	5.904
Reserva Legal	-	-	-	295	-	(295)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.402)	(1.402)
Reserva de lucros	-	-	-	-	4.207	(4.207)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>191.242</u>	<u>(5.760)</u>	<u>2.435</u>	<u>295</u>	<u>4.207</u>	<u>-</u>	<u>192.419</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
COMPREENSIVO ENTRE 4 DE OUTUBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	5.904	5.904
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais:		
Juros passivo de arrendamento	-	268
Depreciação arrendada	-	101
Depreciação	-	1.755
Baixa de ativo imobilizado/intangível	-	715
Impostos diferidos	-	(387)
Resultado Equivalência patrimonial	(5.823)	-
	<u>81</u>	<u>8.356</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	-	(559)
Créditos diversos e adiantamentos	(5)	5.086
Adiantamento de clientes	-	(1)
Impostos a recuperar	(8)	(8)
Fornecedores	435	(21.489)
Obrigações tributárias	50	(850)
Imposto de renda e contribuição social	131	316
Partes relacionadas - fornecedores	-	2.121
Outros	5	767
	<u>689</u>	<u>(6.261)</u>
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(51)	(49)
	<u>638</u>	<u>(6.310)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	-	(6.081)
Aumento/redução de capital em controladas	(22.196)	-
Dividendos recebidos	2.456	-
Caixa líquido das controladas advindo da reorganização societária	-	3.375
	<u>(19.740)</u>	<u>(2.706)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Custo emissão de debêntures	(1.867)	(1.867)
Captação de empréstimos	120.000	120.000
Pagamento de arrendamento	-	(248)
Partes relacionadas	23	-
	<u>118.156</u>	<u>117.885</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
ACRÉSCIMO LÍQUIDO DE CAIXA	<u>99.054</u>	<u>108.869</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	99.054	108.869
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>99.054</u>	<u>108.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO DE 2 MESES E 27 DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenyellow Energy Holding II S.A. ("Companhia"), constituída em 5 de outubro de 2022, deu início as suas operações em 4 de outubro de 2023 ante a integralização efetiva de capital nesta data. É uma sociedade de capital fechado, domiciliada na Alameda Santos, 1.357, 13º andar - sala 2V, Cerqueira César, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01419-908, inscrita no CNPJ sob o nº 48.194.993/0001-06. A Companhia tem por objeto social as atividades de Holding de instituições não-financeiras e Gestão e administração da propriedade imobiliária. A Companhia é controlada integralmente pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. ("GYBR") - empresa especializada em Eficiência Energética, Energia Solar e Gestão de Energia.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, apresentas a seguir:

- GY UFV Planaltina IV.
- RT 110 Empreendimentos E Participações Ltda.
- Tucana Dwarf Equipamentos Fotovoltaicos.
- UFV BR II Equipamentos Ltda.
- UFV BR IX Equipamentos Ltda.
- UFV BR V Equipamentos Ltda.
- UFV BR VIII Equipamentos Ltda.
- UFV BR X Equipamentos Ltda.
- UFV BR XXV Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.
- UFV GYBR I Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV GYBR I Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.
- UFV PR I Equipamentos Ltda.
- UFV PR II Equipamentos Ltda.
- UFV PR III Equipamentos Ltda.

1.1 Acervo líquido da reorganização societária

Com o propósito de angariar recursos, a Companhia planejou e realizou uma reorganização societária. Essa iniciativa foi impulsionada pelo compromisso de buscar um crescimento estratégico. As entidades apresentadas no quadro abaixo eram controladas pela GreenYellow B.V., que, conferiu sua participação societária à GYBR. Por meio de aumento de capital realizado na Companhia, a GYBR, por sua vez, conferiu à Companhia a participação societária das referidas entidades em 4 de outubro de 2023.

Os acervos líquidos das entidades indicadas no quadro abaixo foram apurados na data-base de 30 de setembro de 2023, por meio de laudo de avaliação elaborado por terceiros, a valores contábeis, e que serviram de base para o aumento de capital na Companhia, no montante de R\$191.242.

As movimentações ocorridas entre a data base do Laudo de avaliação a e efetiva incorporação, foram capturadas pela entidade que incorporou o acervo líquido, Greenyellow Energy Holding II S.A..

	GY UFV Planaltina (EL)*	RT 110 (EL)*	Tucana (EL)*	UFV BR II (CGIF)**	UFV BR IX (CGIF)**	UFV BR V (CGIF)**	UFV BR VIII (CGIF)**	UFV BR X (CGIF)**	UFV BR XXV (ESEL)***	UFV GYBR Consultoria (CGIF)**	UFV GYBR Equipamentos (ESEL)***	UFV PR I (CGIF)**	UFV PR II (ESEL)***	UFV PR III (CGIF)**I	Total
Ativo															
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	88	257	54	121	73	82	102	95	7	804	449	359	315	569	3.375
Clientes	176	1.593	2.000	332	1.387	599	1.097	3.258	1.105	299	159	-	-	-	12.005
Impostos a recuperar	-	2	74	-	5	18	31	12	10	10	2	-	-	7	171
Adiantamento a fornecedores	69	494	321	193	504	326	192	340	755	1.381	280	34	543	40	5.472
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	4
Outros	-	-	4	-	-	-	20	355	-	-	-	-	25	-	404
Total	333	2.346	2.453	646	1.969	1.025	1.442	4.060	1.877	2.497	891	393	883	616	21.431
Não Circulante															
Clientes	-	-	425	9	-	136	-	-	-	-	69	20	-	-	659
Arrendamento	403	360	246	1.997	941	655	753	701	330	791	246	1.793	172	1.340	10.728
Imobilizado	292	13.350	20.849	10.203	21.881	7.818	14.200	21.870	7.238	22.145	4.441	26.010	8.592	24.581	203.470
Total	695	13.710	21.520	12.209	22.822	8.609	14.953	22.571	7.568	22.936	4.756	27.823	8.764	25.921	214.857
Passivo															
Circulante															
Fornecedores	-	(2.644)	(40)	(64)	(7.358)	(6)	(200)	(22)	(1.368)	(10.689)	(775)	(2.197)	(381)	(1.526)	(27.270)
Obrigações fiscais	(22)	(249)	(268)	(75)	(226)	(97)	(276)	(413)	(26)	(121)	(43)	(106)	(9)	(128)	(2.059)
Receita Diferida	-	-	(591)	-	-	(33)	-	-	(23)	-	-	-	-	-	(647)
Partes relacionadas	(387)	(60)	-	-	(86)	-	-	(98)	(128)	(1.871)	(14)	-	-	-	(2.644)
Adiantamentos	-	-	(697)	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	-	-	(857)
Adiantamentos a pagar	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	(13)
Arrendamento a pagar	(3)	(3)	-	(19)	(36)	(7)	(7)	(7)	(3)	-	(2)	(19)	(2)	(14)	(122)
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Total	(412)	(2.956)	(1.602)	(158)	(7.706)	(303)	(483)	(540)	(1.548)	(12.690)	(834)	(2.322)	(392)	(1.668)	(33.614)
Não Circulante															
Arrendamento a pagar	(406)	(373)	(273)	(2.110)	(999)	(700)	(799)	(745)	(343)	(828)	(254)	(1.944)	(189)	(1.469)	(11.432)
Total	(406)	(373)	(273)	(2.110)	(999)	(700)	(799)	(745)	(343)	(828)	(254)	(1.944)	(189)	(1.469)	(11.432)
Total Acervo Líquido	210	12.727	22.098	10.587	16.086	8.631	15.113	25.346	7.554	11.915	4.559	23.950	9.066	23.400	191.242

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no pronunciamento técnico CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do pronunciamento técnico CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que é a principal categoria de instrumentos financeiros da Companhia.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Diretoria avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um conjunto de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou conjunto de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e caso aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e desde que tal impacto possa ser estimado de maneira confiável.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros", o modelo de *impairment* para ativos financeiros trata-se de perdas esperadas e tendo em vista a baixa inadimplência histórica, este critério não trouxe efeitos relevantes para o Grupo.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço
- são caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado
- deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC32/ IAS12.

3.3 Arrendamentos

(i) Companhia como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a Companhia é a arrendadora são classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da Companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

(ii) Companhia como arrendatária

Os ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, determinado no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído no balanço patrimonial como obrigação de arrendamento financeiro.

Os pagamentos de arrendamento são distribuídos entre despesas financeiras e redução da obrigação de arrendamento, a fim de atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. As despesas financeiras são reconhecidas imediatamente no resultado, a menos que sejam diretamente atribuídas aos ativos qualificáveis, caso em que são capitalizadas de acordo com a política geral da Companhia relacionada a custos de empréstimos. Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos, caso aplicável.

Os principais contratos de arrendamento financeiro onde a Companhia é arrendatária referem-se aos terrenos utilizados para a instalação dos equipamentos de geração fotovoltaica de suas controladas. Após o efetivo início de operação e/ou as devidas regularizações a Companhia firma Contrato de Cessão de Direito de Uso dos terrenos outrora locados com suas controladas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (locação de imóveis, equipamentos de informática e equipamentos operacionais em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A Companhia determinou sua taxa incremental de 9,70% ao ano, aplicada sobre os passivos de arrendamento, para os contratos onde é arrendatária, a partir de taxas de juros obtidas de várias fontes externas de financiamento.

4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC.

4.1 Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2023, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.
- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.
- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação - De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

- Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois - IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis - As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

A administração entende que tais normas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

A administração da Companhia está avaliando referidas alterações, mas não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - *impairment* e vida útil de imobilizado - nota explicativa nº 10;
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis - nota explicativa nº 14;
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental - nota explicativa nº 17.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira é de 95% do CDI.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Aplicações financeiras	99.054	108.869
	<u>99.054</u>	<u>108.869</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - Consolidado

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

Com base nos percentuais estabelecidos para cada categoria de vencimento e em conformidade com a avaliação de risco realizada pela Companhia em relação aos clientes, foi efetuado o reconhecimento de provisão para cobrir perdas de crédito esperadas relacionadas às contas a receber. Quaisquer mudanças significativas nas circunstâncias que possam impactar adversamente a capacidade dos clientes de cumprir suas obrigações resultarão em uma revisão imediata das provisões e em ajustes, se considerados apropriados.

	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>
Circulante	
Contas a receber de cliente	6.277
Provisão para perda de recebíveis	(1.240)
Provisão de Clientes (nota explicativa 19)	2.426
	<u>7.463</u>

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Vencidos					
	Total	A vencer	<30 dias	61-90 dias	90-364 dias	<365 dias
31.12.2023	<u>6.277</u>	<u>3.657</u>	<u>531</u>	<u>68</u>	<u>781</u>	<u>1.240</u>

8. PARTES RELACIONADAS

8.1 Partes Relacionadas

Com objetivo de aperfeiçoar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia adota uma política de estabelecer e consolidar as diretrizes, destinando os recursos nas transações para financiamento das usinas fotovoltaicas das subsidiárias. Seguindo a diretriz estabelecida pela Companhia, todos os recursos são alocados no financiamento dos projetos de construção das usinas fotovoltaicas são posteriormente convertidos em participações societárias.

8.2 Saldos e transações com partes relacionadas

Controladora	Outros Passivos
Partes Relacionadas	2023
GYBR	<u>23</u>
	<u>23</u>
Consolidado	Fornecedores
Partes Relacionadas	2023
GYBR (i)	<u>2.331</u>
	<u>2.331</u>

(i) Os valores a pagar mencionados correspondem às compras de módulos, os quais serão subsequentemente liquidados no curso das operações da Companhia.

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GYBR.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

9.1 Participação em controladas

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome	Classificação	2023
GY UFV PLANALTINA IV	Controle	100,00%
RT 110 EMPREENDIMENTOS E PART LTDA	Controle	100,00%
TUCANA DWARF EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS	Controle	100,00%
UFV BR II EQUIP LTDA	Controle	100,00%
UFV BR IX EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100,00%
UFV BR V EQUIPAMENTOS LTDA	Controle	100,00%
UFV BR VIII EQUIP LTDA	Controle	100,00%
UFV BR X EQUIP LTDA	Controle	100,00%
UFV BR XXV EQUIP E SERV DE ENG LTDA	Controle	100,00%
UFV GYBR I CONSULTORIA EM GESTÃO E INSTA	Controle	100,00%
UFV GYBR I EQUIP E SERV DE ENG LTDA	Controle	100,00%
UFV PR I EQUIP LTDA	Controle	100,00%
UFV PR II EQUIPAMENTOS LTDA	Controle	100,00%
UFV PR III EQUIP LTDA	Controle	100,00%

9.2 Composição dos investimentos

Nome	Investimento recebido por incorporação	Aumento/Redução de capital	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Total
GY UFV PLANALTINA IV	210	505	(126)	138	727
RT 110 EMPREENDIMENTOS E PART LTDA			-	(206)	12.558
TUCANA DWARF EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS	12.727	37	(38)	402	22.465
UFV BR II EQUIP LTDA	22.098	3			
UFV BR IX EQUIPAMENTOS LTDA.	10.587	2	-	134	10.723
UFV BR V EQUIPAMENTOS LTDA	16.086	7.354	-	(25)	23.415
UFV BR VIII EQUIP LTDA			-	(66)	8.565
UFV BR X EQUIP LTDA	8.631	-			
UFV BR XXV EQUIP E SERV DE ENG LTDA	15.113	146	-	(439)	14.820
UFV GYBR I CONSULTORIA EM GESTÃO E INSTA	25.346	(537)	-	(411)	24.398
UFV GYBR I EQUIP E SERV DE ENG LTDA	7.554	1.522	-	132	9.208
UFV PR I EQUIP LTDA			-	(119)	23.451
UFV PR II EQUIPAMENTOS LTDA	11.915	11.655			
UFV PR III EQUIP LTDA	4.559	755	-	(16)	5.298
	23.950	-	-	56	24.006
			-		9.557
	9.066	330		161	
	23.400	2.854	(2.292)	322	24.284
	<u>191.242</u>	<u>24.626</u>	<u>(2.456)</u>	<u>63</u>	<u>213.475</u>

9.3 Movimentação de Investimento

	GY UFV Planaltina (EL)*	RT 110 (EL)*	Tucana (EL)*	UFV BR II (CGIF)**	UFV BR IX (CGIF)**	UFV BR V (CGIF)* *	UFV BR VIII (CGIF)**	UFV BR X (CGIF)**	UFV BR XXV (ESEL)***	UFV GYBR Consultoria (CGIF)**	UFV GYBR Equipamentos (ESEL)***	UFV PR I (CGIF)**	UFV PR II (ESEL)* **	UFV PR III (CGIF)**	Total
Reorganização Societária 4 de outubro de 2023 (i)	210	12.727	22.098	10.587	16.086	8.631	15.113	25.346	7.554	11.915	4.559	23.950	9.066	23.400	191.242
Aumento de Capital (ii)	505	37	3	2	7.354	-	146	-	1.522	11.655	1.354	-	330	2.854	25.762
Redução de Capital (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(537)	-	-	(599)	-	-	-	(1.136)
Equivalência patrimonial	138	(206)	402	134	(25)	(66)	(439)	(411)	132	(119)	(16)	56	161	322	63
Dividendos distribuídos	(126)	-	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.292)	(2.456)
Saldos finais 31 de dezembro de 2023	727	12.558	22.465	10.723	23.415	8.565	14.820	24.398	9.208	23.451	5.298	24.006	9.557	24.284	213.475

* Equipamentos Ltda.

** Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica

*** Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.

- (i) Conforme acervo líquido divulgado na nota explicativa nº 1, que demonstra a composição dos saldos advindos da reorganização societária, de acordo com o laudo de avaliação. O acervo líquido foi recebido via conferência de participação societária da GYBR à GY Holding e não teve efeito caixa (conforme divulgado na nota explicativa nº 23).
- (ii) No transcurso do ano, houve aumentos e reduções de capital social em controladas via capitalização dos saldos a pagar com partes relacionadas, os quais, portanto, não tiveram efeito caixa (conforme divulgado na nota explicativa nº 23).

10. IMOBILIZADO - Consolidado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição e reposição dos equipamentos. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Unidade Fotovoltaica	25
Direito de uso	10 a 30 anos

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2023 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Consolidado	Taxa anual média de depreciação %	Saldo reorganizaç ão societária	Adição	Baixa	Depreciação	31.12.2023
Unidade fotovoltaica	4%	156.766	512	(656)	(1 755)	154.867
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	46.704	5.569	(59)	-	52.214
Direito de uso	3,33% a 10%	<u>10.728</u>	-	-	<u>(101)</u>	<u>10.627</u>
		<u>214.198</u>	<u>6.081</u>	<u>(715)</u>	<u>(1.856)</u>	<u>217.708</u>

10.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Como parte integrante do processo de mensuração de ativos sujeitos a *impairment*, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. O cálculo do valor em uso é realizado por meio da análise das projeções dos fluxos de caixa futuros gerados pelas operações da UGC, descontados a uma taxa de 9,70%. A avaliação do valor em uso envolve um cuidadoso exame de diversas premissas e estimativas, que estão alinhadas com as informações disponíveis na data da avaliação. Essas premissas incluem projeções de receitas, custos operacionais, taxas de desconto e fatores macroeconômicos relevantes. As projeções financeiras são baseadas em planos de negócios detalhados, levando em consideração tanto as tendências históricas quanto as expectativas de desenvolvimento do mercado fotovoltaico. A determinação da taxa de desconto apropriada para trazer a valor presente os fluxos de caixa futuros exige o exercício de julgamento por parte da Companhia. Neste caso, a taxa de desconto selecionada é de 9,70%, refletindo os riscos específicos associados à UGC. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

No atual exercício, após análises detalhadas e considerando a evolução das condições econômicas e de mercado, a Companhia não identificou perda de recuperabilidade.

11. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2023	2023
Fornecedores nacionais	435	5.702
Fornecedores no exterior	-	<u>79</u>
	<u>435</u>	<u>5.781</u>

As contas de fornecedores são compostas principalmente pelos valores em aberto de aquisições relacionadas aos custos dos projetos fotovoltaicos.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras estão classificados na categoria de custo amortizado, a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	2023	2023	
<u>Ativo</u>			
Caixa e Equivalente de caixa	99.054	108.869	(A)
Clientes	-	<u>7.463</u>	(A)
	<u>99.054</u>	<u>116.332</u>	
<u>Passivo</u>			
Fornecedores	435	5.781	(A)
Empréstimos	118.133	118.133	(A)
Partes Relacionadas - saldo passivo	23	<u>2.331</u>	(A)
	<u>118.591</u>	<u>126.245</u>	

(A) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação a rubrica de caixa, são efetuadas aplicações automáticas com liquidez diária atreladas ao CDB e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes.

12.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.
- O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

- Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento em valores faturados a seus clientes. O risco de crédito do cliente é administrado por cliente, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seus clientes serem qualificados.
- A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

(ii) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

a. Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

(iii) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se aos tributos municipais, estaduais e federais relacionados com os serviços tomados e prestados.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
PIS a recolher	-	179
ISS a recolher	-	39
COFINS a recolher	-	58
Outros	<u>50</u>	<u>83</u>
	<u>50</u>	<u>359</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido. Neste regime, o cálculo do imposto de renda da Pessoa jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é baseado em uma presunção de lucro, simplificando a apuração dos tributos em relação ao Lucro Real. A opção do Lucro Presumido é permitida para empresas que se enquadram nos limites de faturamento anual pela legislação vigente.

Uma provisão é reconhecida para questões as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

- (i) O valor do contrato de aluguel varia conforme a quantidade de energia creditada ao cliente. A energia que é injetada na rede pela usina é medida pela concessionária resultando em créditos ao cliente. Devido a discrepâncias temporais na aquisição dos créditos de energia, é realizada uma provisão de receita, conseqüentemente, um cálculo de imposto diferido. Quando a concessionária disponibiliza os créditos ao cliente e a Companhia tem acesso aos números é elaborado o boletim de medição que dá base para emissão do documento de cobrança de locação, ocorre o lançamento da provisão e o subsequente estorno.

14.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u>
<u>Receitas</u>		
Receita Operacional	-	10.424
Receitas Financeiras	402	475
Receitas Totais	<u>402</u>	<u>10.899</u>
Base para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social (Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	402	3.811
Imposto de Renda Pessoa Jurídica 15%	60	572
Adicional Imposto de Renda Pessoa Jurídica 10%	<u>34</u>	<u>261</u>
Despesa com Imposto de Renda	<u>94</u>	<u>833</u>
Contribuição Social 9%	<u>36</u>	<u>331</u>
Despesa com Contribuição Social	<u>36</u>	<u>331</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	131	1.164
Alíquota efetiva	33%	31%

14.2 Saldo Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes valores de imposto de renda e contribuição social:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u>
Imposto de renda a recolher	94	833
(-) Imposto de Renda Retido (i)	<u>(50)</u>	<u>(46)</u>
Imposto de Renda a recolher	<u>44</u>	<u>787</u>
Contribuição social a recolher	36	331
(-) Contribuição Social Retida (i)	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Contribuição social a recolher	<u>36</u>	<u>328</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	80	1.115

(i) Tal valor refere-se à retenção sobre notas fiscais de serviço prestado.

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

15.1 Composição de tributos diferidos

	<u>Controladora</u> <u>2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>2023</u>
IRPJ	-	190
CSLL	-	70
	<u>-</u>	<u>260</u>

Os impostos diferidos referem-se ao reconhecimento das provisões de receitas estimadas, porém ainda não faturadas.

16. DEBÊNTURES

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivo circulante</u>	
Debêntures	15.012
Custo de transação	(933)
Total	<u>14.079</u>
<u>Passivo não circulante</u>	
Debêntures	104.988
Custo de transação	(934)
Total	<u>104.054</u>
Saldo	<u>118.133</u>

A Companhia emitiu 126.000 debêntures em 24 de dezembro de 2023, de acordo com o ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$126.000, sendo R\$120.000 primeira série e R\$ 6.000 da segunda série . As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão Primeira Série : 01 de dezembro de 2023
- Emissão Segunda Série : 08 de dezembro de 2023 (a ser captada durante o exercício de 2024)
- Vencimento Primeira Série : 01 de dezembro de 2025
- Vencimento Segunda Série : 01 de dezembro de 2025
- Juros: 100 % DI+ 2,3% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão das SPEs, detidas integralmente pela GY Holding II;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da relacionados à e/ou emergentes dos Contratos dos Projetos e das Contas Vinculadas
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização do Valor: às Debêntures da Primeira Série será realizado em parcelas semestrais, sempre nos dias 01 junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em 01 de junho de 2024 e referente às Debêntures da Segunda Série será realizado em parcelas consecutivas, sempre no dia 1 dos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em 1 de junho de 2024.

- A data de início da rentabilidade da debentures da Primeira Série será a primeira Data de integralização das debentures da Primeira Série. A data de início da rentabilidade das Debentures da Segunda Série será a primeira data de Integralização das Debentures estruturais da Segunda Série.
- Vencimento antecipado: Caso encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja :
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas
 - Falência, extinção, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes
 - Não manutenção das garantias reais
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture
 - Alteração do controle indireto da Emissora
 - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações
 - Redução de capital social da Emissora, exceto (a) se aprovado previamente pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações
 - Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, supplier financing, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro
 - Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.

16.1 Movimentação saldo Debêntures:

Captação em 1 de dezembro de 2023	120.000
Custo de Transação	<u>(1.867)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>118.133</u></u>

16.2 O fluxo de pagamentos futuros da Dívida são os seguintes:

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2024	-	15.012	15.012
2025	<u>120.000</u>	<u>14.349</u>	<u>134.349</u>
	<u>120.000</u>	<u>29.361</u>	<u>149.361</u>

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de uma projeção, onde consideram-se os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Consolidado

17.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e terras em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 10 e 30 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nos imóveis são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$11.574 em 31 de dezembro de 2023, de acordo com o quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>2023</u>
Arrendamento(aluguel) de terrenos	29.856
AVP - Ajuste ao valor presente	= (18.282)
	<u>11.574</u>
Não circulante	<u>11.574</u>
	<u>11.574</u>

A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 9,7% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

17.2 Movimentação Obrigações de arrendamento mercantil

	<u>Passivo de arrendamento</u>
Saldo reorganização societária	11.554
Amortização do principal (pagamentos)	(248)
Apropriação de juros	<u>268</u>
Saldo final em 31.12.2023	<u><u>11.574</u></u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é representado por R\$191.242.

Em 4 de outubro de 2023, a Companhia constituiu o capital social em 191.242.056 nova ações ordinárias, normativas e sem valor nominal, por um preço de emissão de R\$1,00. O aumento foi subscrito e integralizado em bens mediante a conferência de participação societárias detidas pela GYBR.

<u>Controladora</u>		<u>Quotas detidas em 2023</u>	<u>Capital subscrito em 2023</u>
Quotistas	%		
GYBR	100%	<u>191.242.056</u>	<u>191.242.056</u>
	100%	<u><u>191.242.056</u></u>	<u><u>191.242.056</u></u>

18.1.2 Reserva de Capital

Os acervos líquidos das entidades indicadas no quadro apresentado na nota explicativa 1 foram apurados no montante de R\$191.242. Anteriormente a incorporação foram constituídas provisões de receita que somam R\$5.759. Diante da falta de perspectiva de realização destes valores, a Companhia constituiu uma Reserva de Capital para a reversão desse montante, após concretizada a referida incorporação, em contrapartida ao patrimônio líquido, uma vez que a Companhia entende que esta reversão deveria ter ocorrido no momento da incorporação.

A destinação da reserva constituída será efetuada pela Administração durante o exercício de 2024, via redução de capital.

18.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
GYBR	<u>2.435</u>	<u>2.435</u>
	<u><u>2.435</u></u>	<u><u>2.435</u></u>

18.3 Destinação do Lucro

	<u>2023</u>
Lucro do exercício	5.904
(-) Reserva legal (5%)	(295)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	5.609
Dividendo anual mínimo obrigatório (25%)	(1.402)
Saldo destinado para reserva de retenção de lucro	<u>(4.207)</u>

19. RECEITA DE SERVIÇOS - Consolidado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

As receitas de O&M, locação de terra e de locação de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, são reconhecidas quando os serviços são efetuados e é possível que os benefícios econômicos associados sejam recebidos pela Companhia. O reconhecimento é baseado no estágio de conclusão dos serviços e nos termos contratuais acordados com os clientes. A receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>
Receita bruta de Serviços O&M	1.793
Receita de locação de Terra	461
Receita de locação de Equipamento	8.170
TOTAL	<u>10.424</u>
Impostos sobre serviços	(246)
Receita operacional líquida	<u>10.178</u>

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Consolidado

Os custos correspondem as manutenções das usinas fotovoltaicas para garantir o desempenho de nossos sistemas, investimos em manutenção regular, limpeza, reparos e substituição de componentes desgastados ao longo do tempo.

	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>
Depreciações e amortizações	1.856
Eficiência energética e fotovoltaico (i)	1.160
Serviços Manutenção	640
Total	<u>3.656</u>

(i) A Companhia implementa, além dos equipamentos já revendidos a seus clientes, outras soluções complementares para que a eficiência energética garantida do projeto seja atingida. Esses valores são alocados como despesas da Companhia pois não estão atrelados diretamente a suas receitas.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Despesas tributárias	(1)	(25)
Equivalência patrimonial	5.823	-
Licença de Uso de Software	(9)	(23)
Fretes	-	(10)
Taxas diversas	(37)	(37)
Outras	(1)	21
Total	<u>5.775</u>	<u>(74)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas com alienações de ativos financeiros, e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	402	466
Variações monetárias	-	9
	<u>402</u>	<u>475</u>
Despesas Financeiras		
IOF/IOC	(142)	(142)
Outras despesas financeiras	-	(269)
	<u>(142)</u>	<u>(411)</u>

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora e Consolidado

Reorganização societária (nota explicativa nº 1) (i)	187.867
Cessão de crédito (ii)	<u>2.430</u>
Efeito não caixa do Investimento	<u>190.297</u>
Reorganização societária (nota explicativa nº 1)	(187.867)
Cessão de crédito	<u>(2.430)</u>
Efeito não caixa do aumento de capital	<u>(190.297)</u>

(i) O montante de R\$ 187.867 representa o acervo líquido de R\$ 191.242 (nota explicativa 1) deduzido do caixa advindo das entidades incorporadas, recebidos em contrapartida ao aumento de capital das entidades.

(ii) O montante de R\$ 2.430 é referente ao saldo de contas a pagar com partes relacionadas liquidado em contrapartida ao adiantamento para futuro aumento de capital.